



GT 20. Big data e thick data: pensando o lugar da antropologia digital

Coordenador(es):

Débora Krischke Leitão (UQAM - Université du Québec à Montréal)

Laura Graziela F. de F. Gomes (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 1

Debatedor/a: Raíra Bohrer dos Santos (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 2

Debatedor/a: Jair de Souza Ramos (UFF - Universidade Federal Fluminense)

Sessão 3

Debatedor/a: Eliane Tânia Martins de Freitas (UFRN)

Nos últimos anos, eventos políticos importantes foram concebidos e produzidos utilizando a mineração e análise de dados nas redes e motores de busca. Dados estes, pertencentes a milhões de usuários que tiveram suas informações vasculhadas, roubadas e utilizadas através de metodologias específicas por governos, partidos políticos, think tanks e empresas privadas. Para além das crises políticas e éticas desencadeadas, a euforia em torno dos “big data” reforçou a idéia implícita de que essas metodologias de pesquisa e análises utilizadas não deixariam mais lugar para outras abordagens qualitativas. Debates em torno dos “thick data” surgiram como reação a essa perspectiva, propondo que abordagens mais etnográficas das plataformas digitais são necessárias para dar conta de uma cultura digital diversificada, ao mesmo tempo global/local, incorporando a dimensão das emoções, da experiência e do significado. O presente GT tem interesse especial em reunir pesquisas etnográficas sobre diferentes modos e estilos de envolvimento com as plataformas digitais enfatizando a produção de subjetividades e exercícios imaginativos de experimentação nos cruzamentos e hibridizações com a tecnologia. As plataformas digitais divergem entre si quanto aos modos de uso e de relacionamento - participação, interação, engajamento, conexão, presença, envolvimento, imersão, incorporação -, ao mesmo tempo em que tornam a rede heterogênea, criando obstáculos às generalizações e reduções.

Digitalização e gestão de dados sobre a política de financiamento em saúde mental infantil, em Campinas

Autoria: Leczy Sartori (UNIMES - Universidade Metropolitana de Santos)

A partir de minha pesquisa etnográfica sobre o emaranhado burocrático da política de financiamento em saúde mental, descrevo o modo como os meus interlocutores de pesquisa, os profissionais do Centro de Convivência e Arte (Ceco) e do Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPSi), acionam uma plataforma digital de gestão municipal, em Campinas. O ponto de partida é apresentar quais ações e práticas de cuidado são escritas em formato digital para serem disponibilizados na plataforma. Em seguida, exponho como esses dados são analisados por gestores municipais que verificam as metas, analisam os indicadores e disponibilizam ou inviabilizam o financiamento. A ideia principal é mostrar os efeitos da transposição dos contextos institucionais em formato digital para angariar o repasse do recurso público.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: